



Pessoas trans são gente que sobra: uma breve análise marxista da transgeneridade

Orlando Tailor Vinhoza

O presente artigo visa analisar a experiência de pessoas trans em nossa sociedade sob importantes conceitos cunhados por Karl Marx, o de “pauperismo” e “gente que sobra”. É necessário frisar que não se trata de homogeneizar as experiências trans e travestis, colocando-as em posição de igualdade numa sociedade dividida em classes. Por ser uma análise breve sem grandes pretensões, utiliza-se uma generalização, levando em conta o fato de que a maior parte da população trans e travesti é composta por pessoas da classe trabalhadora, sendo as mais vocais na luta por direitos e também as maiores vítimas de violências, pessoas trans negras. Portanto, é a estas que se refere o artigo, não se tratando de negar privilégios de pessoas trans e travestis brancas e ricas.

No Capítulo XXIII d’O Capital, Marx nos mostra uma lei peculiar do modo de produção capitalista, para se produzir riqueza é necessária a produção de pobreza. Ou seja, para que alguns poucos capitalistas possam acumular cada vez mais capital, é necessário que a maior parte da população, integrantes da classe trabalhadora, seja empurrada para a pobreza. Marx fala em uma superpopulação relativa, pois não é em termos absolutos como pensava Malthus, uma população trabalhadora excedente que serve para dar força ao desenvolvimento da acumulação capitalista, “[...] um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele tivesse criado à sua própria custa” (MARX, 1985, p. 263).

O exército industrial de reserva é uma parte da classe trabalhadora que não se encontra ativa, mas está à espera de ser explorada, desse modo não há falta de força de trabalho em momentos de expansão do capital e em momentos de retração (crises) obriga os que estão na ativa a exercerem um sobretrabalho, trabalhar mais por menos ou serão substituídos. Ou seja, o exército industrial de reserva é mantido na ociosidade pelo sobretrabalho de quem está ocupado e quem está ocupado é empurrado ao sobretrabalho pelo exército industrial de reserva.

Algumas parcelas dessa superpopulação relativa se encontram mais acima e estão mais propensas a serem utilizadas pelo capital em determinados momentos; outra



se encontra mais abaixo, é o chamado pauperismo. E é nessa esfera ainda mais marginalizada que pretendo encaixar pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis). No pauperismo, se encontram pessoas incapacitadas ao trabalho, órfãos e crianças indigentes que um dia serão incorporadas ao exército ativo e também pessoas aptas para o trabalho, mais que por algum motivo não têm qualquer perspectiva de inserção no mercado de trabalho, são pessoas que sobram. Proponho que pessoas trans podem ser encaixadas majoritariamente nessa última categoria de aptos para o trabalho, já que são pessoas perfeitamente capazes de trabalhar, mas não trabalham (formalmente) por serem vistas pela sociedade como “[...] vagabundos, delinquentes, prostitutas [...]” (MARX, 1985, p. 273). Marx utiliza esses exatos termos ao falar de como essa parcela sobranete da sociedade é vista, evidente que não falava sobre transgeneridade, mas o paralelo é possível por ser o local para o qual a cisgeneridade nos empurra.

Segundo levantamento da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das travestis e mulheres trans se prostituem no Brasil¹². Dos 10% restantes é provável que apenas uma pequena parcela esteja empregada formalmente; de acordo com pesquisa realizada pela Elancers, no Brasil 1 em cada 5 empresas não contrata lésbicas, gays, bissexuais, pessoas trans e travestis (LGBT)¹³.

Outra dificuldade para adentrar o mercado formal de trabalho, além do preconceito, é a falta de escolaridade. A pesquisa “Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: porque frequentam?”, de Miriam Abramovay (2015), constatou que a evasão escolar de pessoas trans é de 82%, muitas vezes causada por preconceito de outros estudantes e também dos próprios professores, 19,3% dos alunos entrevistados dizem que não gostariam de estudar com alguém LGBT. Vale destacar que em momentos pontuais e excepcionais, o capital até engloba parte desse grupo de pessoas, mas é para exercer profissões que pagam pouco por uma grande carga de trabalho. Por isso, as empresas que tem algum costume de contratar pessoas trans no Brasil, são as de telemarketing, os supermercados ou os fast foods. Analisando essas informações, vemos que independente de serem física ou mentalmente aptas a vender sua força de trabalho, pessoas trans acabam excluídas do mercado formal de trabalho e quase sempre sem

¹²Disponível em: <<http://olerj.camara.leg.br/retratos-da-intervencao/retratos-da-intervencao-federal> > Acesso em: 30 de maio de 2020.

¹³Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/05/17/historias-por-tras-de-um-mercado-de-trabalho-que-se-fecha-para-pessoas-lgbt>> Acesso em: 30 de maio de 2020.



perspectiva de serem incluídas nele, estando portanto no pauperismo. São vistas como “vagabundos” que “não se esforçaram o suficiente para trabalhar”, “delinquentes” que, “com certeza, são criminosos”, e “prostitutas” que “escolheram o caminho mais fácil”. Não se faz uma tentativa de enxergar o lugar da marginalidade para o qual essas pessoas são empurradas simplesmente por serem trans e muito menos se enxerga o benefício que elas ao ocuparem esse lugar podem dar ao capital, sendo mão de obra extremamente barata quando necessário.

Ao habitar o sedimento mais profundo da superpopulação relativa como defendo aqui, pessoas trans acabam por serem grandes vítimas da barbárie que assola o país. Menegat diz que o governo lulo-petista viam as técnicas de gestão da barbárie apenas de maneira oportunista para se manter no poder e movimentar a economia (2015, p. 6), o autor trata os momentos de aumento do desemprego como momentos que também trazem um aumento da violência. Se os governos de Lula e Dilma já não faziam um grande esforço para resolver a barbárie e garantir direitos da população LGBT, é de se reconhecer que o governo de Bolsonaro não faz qualquer tentativa, é um governo em que alimenta e necessita da barbárie. Não coincidentemente, segundo a ANTRA, os assassinatos de pessoas trans em 2020 cresceram 90% em relação ao mesmo período de 2019, sendo o maior número para o período nos últimos 4 anos¹⁴.

Frente ao exposto, não me parece coincidência que um país onde se recusa o acesso de pessoas trans e travestis a educação e ao mercado de trabalho formal, um país onde se nega direitos básicos, seja também o país que mais nos mata em todo o mundo. Segundo dossiê da ANTRA (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020), em 2019 foram 124 pessoas trans assassinadas no país, para se ter uma ideia, no segundo colocado, o México, foram 65 assassinatos. Importante notar que quase 60% das vítimas tinham entre 15 e 29 anos, fato que demonstra o porquê da expectativa de vida da população trans ser de 35 anos. Outro dado importante, muitas vezes ignorado, é de que 82% das vítimas são negras. São pessoas que vivem num Brasil com expectativa de vida drasticamente menor, num país tomado pela violência, sem qualquer reconhecimento e tentativa de mudança por parte do poder público.

¹⁴Disponível em: <<https://antrabrasil.org/2020/05/03/assassinatos-de-pessoas-trans-voltam-a-subir-em-2020/>>. Acesso em 30 de maio de 2020.



Evidentemente que o problema não se resume ao Brasil, é um problema de ordem global, um problema do sistema capitalista, que classifica algumas vidas como menos importantes, que classifica pessoas como sobras e sobras podem ser descartadas. Cabe a nós lutar pela superação do capitalismo, a superação de toda forma de opressão, por um sistema que reconheça que vidas negras e trans importam.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam (org). Juventudes na Escola, Sentidos e Buscas: porque frequentam? Ed. I. Brasília, 2015.

BENEVIDES, Bruna. Nogueira, Sayonara. (orgs). Dossiê: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020.

MARX, Karl, “A Lei geral da acumulação capitalista” (cap. 23) em: O Capital: crítica da economia política. Livro I. Volume II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MENEGAT, Marildo. “O fim da gestão da barbárie” em: Revista Territórios Transversais, n. 3, 2015.

MENEGAT, Marildo. “Sem lenço nem aceno de adeus. Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão?” em: Revista Praia Vermelha. v. 18, n. 1, 2008.

NOGUEIRA, Sayonara. AQUINO, Tatyane. CABRAL, Euclides. (orgs.). Dossiê: a geografia dos corpos das pessoas trans. Rede Trans Brasil, 2017. Disponível em: <http://redetransbrasil.org/uploads/7/9/8/9/79897862/redetransbrasil_dossier.pdf>